

**34º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
ST 23 – PARTIDOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS**

**O Partido Socialista nos 20 anos de Concertación:
organização, objetivos e mudança partidária (Chile, 1989-2009).**

Augusto Neftali Corte de Oliveira

Caxambu, 2010

O Partido Socialista nos 20 anos de Concertación: organização, objetivos e mudança partidária (Chile, 1989-2009).

Augusto Neftali Corte de Oliveira¹

O artigo apresenta um panorama da participação do Partido Socialista nos 20 anos em que a Concertación venceu sucessivas eleições presidenciais no Chile, sendo as duas últimas com candidatos do próprio partido. Inserindo-se no debate da ciência política sobre a organização, os objetivos e a mudança partidária, recorre à literatura acadêmica específica sobre o caso, documentos do PS e da Concertación e matérias em periódicos jornalísticos. Especificamente, o artigo analisa a influência do sistema político chileno e da sustentação da Concertación sobre o PS e seus grupos internos, que acarretaram em mudanças organizacionais e programáticas no partido a partir do governo Lagos. Estas mudanças desvirtuaram as características organizacionais que permitiram ao PS reagir a situações adversas no passado, impediram a inovação e levaram à secessão que favoreceu a derrota da Concertación nas eleições de 2009-2010. Palavras chaves: Chile, Partido Socialista, Concertación.

Introdução

Após quatro eleições vitoriosas, que preencheram os primeiros vinte anos da nova democracia do Chile, em 2010 a candidatura presidencial da Concertación de Partidos por la Democracia foi derrotada. Neste longo período a aliança de centro-esquerda alcançou importantes melhoras para a vida social e política do Chile, como um modelo de gestão econômica reconhecidamente eficiente, avanços consistentes no enfrentamento à pobreza e reformas no sistema político. Os governos da Concertación apresentaram ao Chile um programa com objetivos bem definidos e, ainda que alguns compromissos tenham ficado para trás, em termos gerais este programa foi efetivamente implementado. As abstenções, desvios e adaptações das idéias inicialmente apresentadas deveram-se, via de regra, à busca pelo consenso com a oposição parlamentar ou com os atores envolvidos nas questões específicas. Outras vezes, no entanto, os próprios partidos da Concertación não foram capazes de chegar ao acordo necessário para defender inovações importantes.

Em muitos sentidos, a trajetória da Concertación e de seus governos foi marcada por um processo de concessões em dois níveis: as concessões das forças de esquerda – especialmente de setores do Partido Socialista (PS) – em favor da unidade e da manutenção da coalizão, e as concessões do governo diante da oposição congressional e das forças econômicas e sociais influentes. Este processo de concessões em dois níveis, antes de ser gratuito, responde tanto à origem da coalizão quanto foi essencial às suas vitórias. Por um lado, a busca do consenso está no cerne da fundação da Concertación, no

¹ O autor é mestre e doutorando no PPG Ciência Política da UFRGS. Este artigo é resultado da pesquisa realizada no referido programa, sob orientação da Profa. Dra. Mercedes Maria Loguercio Cánepa. E-mail do autor: ancolive@gmail.com

que constitui sua identidade em oposição à intransigência da ditadura Pinochet e da esquerda no tempo de Allende. Por outro, as concessões sempre foram justificadas perante os setores de esquerda do Chile atual por permitirem manter ativo o projeto de poder da coalizão.

Negociações, barganhas e acordos definiram não apenas os rumos programáticos da Concertación, mas também estiveram presentes em suas disputas internas, na definição das listas aos cargos parlamentares, na composição dos Ministérios e na definição dos candidatos presidenciais. Um efeito colateral deste emaranhado de acordos – em geral entabulada pelas altas lideranças nacionais – foi colocar em segundo plano a disputa política franca e direta, limitando a participação das bases dos partidos em suas decisões e limitando as opções apresentadas à escolha do eleitorado. Outro efeito relativo à política de acordos foi o enrijecimento das relações entre os partidos e entre seus grupos internos, como se observa em relação aos socialistas.

O presente artigo foca-se na interação do Partido Socialista no sistema político chileno. Em especial, buscamos compreender o processo entrelaçamento do partido com a Concertación, a partir de sua reunificação até a crise socialista de 2009 (em que diversas lideranças deixaram o partido e romperam com a Concertación). Uma explicação para a crise é a de que, ao interiorizar a rigidez do sistema político, o PS perdeu os principais mecanismos de adaptação que desenvolveu ao longo de sua história. Estes rompimentos, inclusive, podem ter favorecido a derrota da aliança nas eleições presidenciais de 2009/2010. Na última seção do artigo apresentamos uma breve aproximação do caso do PS com algumas teorias desenvolvidas no campo de estudo sobre os partidos políticos. O foco desta análise está no processo de mudança partidária: nas relações entre a organização da agremiação e seus objetivos ideológicos e de obtenção de poder no contexto das interações tomadas no ambiente político.

A fundação do Partido Socialista e da Concertación

Os partidos políticos no Chile desempenharam um papel relevante e precoce, atuando de forma determinante na construção das instituições políticas do país. Valenzuela (1985; 1995) observa que a democracia no Chile tem suas bases na reforma eleitoral de 1874, a qual permitiu o desenvolvimento de partidos ligados aos interesses dos operários, a ascensão de um sistema partidário que contemplou todas as correntes

políticas relevantes e a instituição de eleições verdadeiramente competitivas. Após um momento de instabilidade e repressão política, em 1933 quatro agremiações de esquerda fundam o Partido Socialista. O partido aglutina profissionais liberais, empregados e outros trabalhadores, além de maçons, anarquistas e trotskistas (Barrenechea, 1993, p. 16).

Com a democracia o PS participou da reestruturação dos sindicatos e agregou muito das forças de esquerda (Valenzuela, 1995, p. 36), tornando-se um ator político relevante em todo o período democrático que se estendeu de 1933 até 1973. Parte do PS participou dos governos liderados pelos radicais na Frente Popular (1938-1952). Nas eleições de 1970 o partido formou com radicais e comunistas a Unidade Popular, elegendo o socialista Salvador Allende com 36,3% do sufrágio. Durante seu governo foram adotadas fortes iniciativas redistributivas e de intervenção na economia que, conforme Loveman (2001, p. 250, 259), somaram-se ao *lockout* de empresários e boicote dos bancos internacionais para dar origem a uma profunda crise econômica. Enquanto os setores de esquerda do governo exigiam reformas mais profundas, a oposição unificada falhou em obter a maioria necessária nas eleições parlamentares de março de 1973 para promover o impeachment – o apoio eleitoral de Allende havia subido para 44% dos votos (Silva, 2002, p. 253).

A democracia foi interrompida no Chile com o golpe de setembro de 1973, impetrado pelo Exército com apoio da oposição e dos serviços de inteligência dos Estados Unidos. O governo autoritário fechou o Congresso, baniu todos os partidos políticos, realizou expurgos no governo e nas universidades e iniciou as perseguições e assassinatos que marcaram com terror o período. O PS atravessou a ditadura de Pinochet organizado no exílio e na clandestinidade, ressurgindo após a restauração da democracia.

Roberts (1994) salienta que a difícil manutenção do PS durante a ditadura militar foi facilitada por suas características organizacionais. Especialmente, pela falta de centralidade e hierarquia proveniente de seu surgimento através de grupos pré-existentes, da influência de *caudilhismos* locais, da preponderância de seccionais como organizações de base (e não células), da militância voluntária de tempo parcial e das diferentes facções ideológicas que abriga. Uma organização frouxa permitiu à agremiação diversificar suas estratégias de sobrevivência e de combate à ditadura, mantendo ativa a marca partidária.

Assim, conforme o autor, durante os tempos de exceção o PS ativou três mecanismos de adaptação: penetração ideológica, a capacidade de interagir com idéias e

acontecimentos exógenos e então mudar suas posições; absorção ideológica, a capacidade de incorporar novas e diferentes forças políticas; e inovação endógena, a capacidade de, a partir do pluralismo e divergências internas, rever sua atuação (Roberts, 1994, p. 24-26). Em 1979 os líderes exilados do PS dividiram o partido em duas principais correntes, uma liderada por Carlos Altamirano e outra por Clodomiro Almeyda, que reagiram de maneira diferente aos acontecimentos da cena chilena e mundial.

O PS-Altamirano, operando a partir da Europa ocidental (Itália e França), recebeu o impacto dos partidos eurocomunistas e social democratas, promoveu a revisão de suas idéias com as teorias de Gramsci e passou a defender a democracia liberal como parte necessária de qualquer avanço ao socialismo e uma transição pacífica – estas mudanças permitiram sua coalizão com a democracia cristã na Alianza Democrática e posteriormente na Concertación de Partidos por el No. Já o PS-Almeyda operava a partir de Berlim, próximo ao bloco comunista, e contava com a maioria dos militantes do partido que permaneceram no Chile. Remanesceu, assim, com posições ideológicas mais ortodoxas e aliou-se com o PCCh, que fomentava movimentos insurgentes, no Movimiento Democrático Popular.

No lastro da crise econômica de 1982, a oposição à ditadura militar venceu a repressão em grandes manifestações. Especialmente após a repercussão negativa do atentado contra Pinochet, em 1986, a via de transição pacífica para democracia tornou-se preponderante. Podemos considerar como ponto chave da transição a derrota do regime no plebiscito de 1988, que impediu a continuidade do governo de Pinochet. Ademais, a vitória do *No* com 54,7% dos votos deixou a oposição muito próxima da vitória na eleição presidencial marcada para 1989. A partir desta percepção, o governo militar adotou medidas para favorecer os partidos de direita durante o futuro governo, como o sistema eleitoral binominal para as eleições congressuais², o desenho favorável dos distritos eleitorais (gerrymandering) e os senadores indicados pelas Forças Armadas e outras instituições.

² No Chile são 60 distritos eleitorais nos quais se elegem, em cada um, dois deputados – tendo direito o eleitor a um único voto. Cada partido ou pacto eleitoral (aliança constituída nacionalmente) pode apresentar em cada distrito uma lista com dois candidatos. São considerados eleitos os dois deputados da mesma lista caso a soma de seus votos seja maior do que o dobro dos votos alcançados pela segunda lista mais votada. Caso contrário, elege-se o primeiro colocado de cada uma das duas listas. As mesmas regras se aplicam aos 19 distritos senatoriais. São permitidos candidatos independentes nas eleições, sendo equiparados a uma lista.

Durante a abertura o Chile vivenciou a rápida reorganização do sistema partidário em um padrão próximo ao encontrado antes do golpe de 1973. Formaram-se dois principais partidos de direita, com membros e apoiadores do regime militar: o conservador Renovación Nacional (RN) e o pró-livre mercado Unión Demócrata Independiente (UDI). Estas agremiações apoiaram Pinochet no plebiscito de 1988 e mantiveram acordos para as eleições seguintes. A direita, entretanto, não logrou a coordenação e unidade da centro-esquerda na Concertación de Partidos por el No e, depois, na Concertación de Partidos por la Democracia – formada inicialmente por dezessete partidos, sendo os principais o Partido Demócrata Cristiano (PDC), o Partido Radical (PR, depois Partido Radical Social Demócrata, PRSD) e o Partido por la Democracia (PPD). Para Boeninger (2008, p. 21) a experiência chilena atual “comprueba la existencia de un sistema de partidos de larga tradición, apreciable continuidad, de naturaleza programática e ideológica [e] gran penetración en la sociedad”.

O PPD foi formado em 1987 como um partido instrumental, voltado para representar a esquerda na aliança com o PDC e suprir a falta de registro oficial do PS. O PPD uniu o PS-Altamirano (renovado), socialistas cristãos, radicais e dissidentes comunistas. A partir da preponderância da via negociada na transição, do fim do regime comunista na Europa oriental e do fracasso eleitoral de sua aliança com o PCCh nas eleições parlamentares de 1989, o PS-Almeyda (ortodoxo) aproximou-se da Concertación. O PS só foi reunificado em 1990 – até 1992, contudo, permitiu a dupla militância com o PPD (Salcedo e Fuente, 2007, p. 102). A agremiação continuou internamente dividida em grupos marcados por divergências ideológicas e lideranças locais.

O Partido Socialista no sistema político chileno (1989-2009)

A trajetória do Partido Socialista após a redemocratização do Chile responde a três arenas de divisão de poder: (a) dentro da Concertación, na qual o PDC desempenha o papel de fiador do apoio do centro eleitoral; (b) em sua relação com o PPD e, posteriormente, com o PRSD, com os quais formou o bloco progressista dentro da Concertación; (c) na relação congressual de tipo consensual com os partidos de direita (RN e UDI), especialmente durante os governos Lagos e Bachelet, quando o PS ocupou a Presidência. A par destas arenas externas, ressalta-se a importância do ambiente interno

do partido. Conforme Salcedo e Fuente (2007, p. 104), as decisões do PS são tomadas tendo em vista a relação entre as correntes do partido. Em sua trajetória recente, fica claro que tal jogo entre as forças internas influencia a atuação do partido nas arenas externas.

Como observado, o PS formou-se a partir de pequenos grupos políticos e em diversos momentos sofreu cisões importantes. Após a redemocratização, as duas facções em que a agremiação se dividiu durante a ditadura, PS-Altamirano e PS-Almeyda, deram origem a uma série de grupos que disputam liderança, espaços políticos e influência programática. Gamboa e Salcedo (2009, p. 677) observam que os grupos do PS não desenvolvem uma estrutura autônoma, não possuem sedes ou recursos próprios. Mesmo assim, estes grupos caracterizam-se por “ser redes (estables) de militantes que se agrupan en torno a uno o más líderes con quienes comparten visiones estratégicas dentro del partido y que buscan asegurar una mejor posición en la estructura de poder interno y desde ahí servir sus intereses”.

Em relação ao campo de esquerda de fora da Concertación, sobretudo ao PCCh, Huneus (2005, p. 83) aponta que o PS encontrou-se protegido da disputa direta pelo sistema binominal que, em decorrência do voto útil, inviabiliza avanços eleitorais de uma segunda força de esquerda. Entretanto, mesmo com os pactos de omissão entre o PS e o PCCh, nas eleições de 2001 e 2008 os comunistas não melhoraram seu desempenho (Pacto..., 2001; Torrealba e Trujillo, 2008). Apenas nas eleições de 2009, quando compôs a lista com a Concertación, o PCCh conseguiu eleger três deputados federais. Pelos “compromissos por omissão” uma agremiação deixa de apresentar candidato em certos distritos, defendendo o candidato da outra, em troca de igual favorecimento em outro distrito. Notamos, portanto, que a política de acordos chega mesmo a este campo.

A relação entre os partidos na Concertación não é isenta de conflitos, sendo comuns acirramentos sobre as políticas do governo, tanto que iniciativas da Concertación fracassaram por falta de acordo entre os aliados, e sobre a escolha dos candidatos e indicações para cargos públicos. As escolhas dos candidatos presidenciais em 1993 e 1999 foram resolvidas em primárias concorridas. Altman (2008, p 243) aponta que o processo de escolha do candidato presidencial na Concertación tornou-se mais democrático entre 1989 e 1999. No entanto, o autor aponta que a escolha do candidato presidencial e a indicação dos candidatos parlamentares fazem parte da mesma equação e precisa ser compensada entre os partidos da aliança.

Esta tendência de maior democratização da escolha do candidato à Presidência não se confirmou, sendo superada pela política de acordos da aliança. Em 2005, a pré-candidata do PDC abandonou a postulação antes da primária frente ao desempenho de Bachelet (PS) nas pesquisas de intenção de voto (Huneus, 2007, p. 97). Em 2009, apesar dos protestos e deserções de setores do bloco progressista, os partidos da Concertación fecharam com a candidatura do PDC e inviabilizaram a realização de prévias. É interessante destacar como a candidatura independente de Ominami, recém-desfilado do PS, parece ter comprometido a votação da Concertación nestas eleições. O quadro abaixo apresenta os resultados para os pleitos à Presidência do Chile.

Quadro 1. Eleições presidenciais do Chile – único ou primeiro turno (1989-2009)

	1989	1993	1999	2005	2009
Concertación	55,17%	57,98%	47,96%	45,96%	29,60%
RN	29,40%	24,41%	47,51%	25,41%	44,06%
UDI				23,23%	
Outro	15,43% (UCC)	-	-	-	20,14% (Ominami)

Elaboração do autor. Fonte: dados do Ministério do Interior <<http://www.elecciones.gob.cl/>>. Candidatos que obtiveram mais de 10% dos votos válidos, primeiros turnos. UCC: Unión de Centro Centro. Marco Antonio Enríquez-Ominami foi candidato independente, apoiado por um conjunto de partidos pequenos.

No bloco progressista (PS, PPD e, após 2000, PRSD) uma fonte de conflito é a definição dos candidatos parlamentares, o que ocorre após intensa barganha entre as agremiações (Navia, 2008). Usualmente, o bloco apresenta um dos dois nomes da lista da Concertación em cada distrito, cabendo o outro ao PDC. Não obstante, esta divisão entre os blocos deixou de ser clara nas últimas eleições. A primeira exceção ocorreu em 2005, quando a disputa interna do PS inviabilizou o acordo em um distrito, levando o PDC a retirar seu candidato em favor ao PPD. Nas eleições locais de 2008 foram organizadas duas listas da Concertación, uma unindo PPD e PRSD e outra PDC e PS. As eleições gerais de 2009 criaram uma situação nova, na qual a Concertación lançou lista conjunta com o pacto do PCCh. Os distritos senatoriais mantiveram o padrão, mas nos de deputados o PS concorreu contra PPD e PRSD em 10 casos e com o PCCh em um (tendo apresentado candidatos em 23 dos 60 distritos)³.

³ Levantamento do autor conforme dados da Biblioteca del Congreso Nacional de Chile disponíveis em <<http://www.bcn.cl/especial-elecciones-2009-bcn/elecciones-candidatos-2009/>>.

Assim, por força da restrição na apresentação das candidaturas parlamentares, a definição dos postulantes – armar a lista – passa por intensa negociação entre as agremiações que compõem a Concertación e até mesmo com partidos de fora (como o PCCh). Sobre o tema, Aninat e outros (2004, p. 18) destacam que as regras formais das eleições chilenas forçam os partidos a firmar acordos viáveis dentro de suas coligações, reforçando a disciplina da coligação, aumentando o poder das lideranças partidárias e a disciplina partidária. Os líderes partidários e das coalizões são fortalecidos exatamente por deterem o controle sobre a definição das candidaturas, podendo punir os aspirantes que faltam com lealdade ao partido. Além disso, Navia (2008, p. 105) destaca que, via de regra, quem consegue formar um nome forte o suficiente para pleitear uma nova indicação à candidatura parlamentar são aqueles que, ocupando cargos no governo, criam fortes relações com os eleitores em seus distritos. A lealdade ao governo, portanto, também é uma exigência para o desenvolvimento de uma carreira política.

Por outro lado, a dinâmica eleitoral tende a contrapor os candidatos parlamentares da mesma coalizão em cada distrito, em razão da expectativa de que apenas o mais votado em cada lista se elegerá. Para Morgenstern (2002, p. 427), as disputas internas relativas às nomeações para as candidaturas e entre os companheiros de lista não comprometem a unidade partidária por força da reputação e da coesão ideológica que as agremiações usufruem.

O PS conquistou as cadeiras parlamentares conforme os números apresentados no quadro abaixo. Podemos considerar a discrepância entre o percentual de votos e o número de cadeiras obtidas nas sucessivas eleições como um indicativo da relevância de uma lista armada favoravelmente ao partido no sistema binominal chileno.

Quadro 2. Deputados e Senadores eleitos pelo PS (1989-2009)

	1989	1993	1997	2001	2005	2009	Em disputa
Deputados	7	15 (11,9%)	11 (11,1%)	10 (10,0%)	15 (10,1%)	11 (9,9%)	120
Senadores	1	3 (10,6%)	1 (8,1%)	4 (10,2%)	8 (21%)	5 (13,1%)	20

Elaboração do autor. Entre parênteses a percentagem de votos do PS sobre o total. Dados do Ministério do Interior <<http://www.elecciones.gov.cl/>>. Para 1989, considerado após unificação do PS (eleitos pelo PPD e PAIS).

A literatura destaca a elevada disciplina e coesão das agremiações chilenas no Congresso, sendo que parlamentares de partidos próximos ao centro (PDC e RN) votam contra suas alianças preferenciais com mais frequência (Morgenstern, 2004, p. 162-163). Alemán e Saiegh (2007) sustentam que o sistema partidário parlamentar se estrutura a

imagem das alianças, com uma dinâmica dual (esquerda – direita), embora o sistema partidário tendesse a se organizar em três grupos (esquerda – centro – direita), como no período anterior ao golpe de 1973. Trata-se possivelmente do impacto do sistema eleitoral, somado à organização da Concertación.

Outro momento eleitoral relevante encontra-se nas eleições de conselheiros municipais e alcaides, sendo que mesmo neste nível a política de acordos está presente. Entre 1992 e 2008 o PS conquistou os cargos locais conforme o quadro a seguir. Note-se que em 2008 a Concertación apresentou listas separadas: Democrática (PDC e PS) e Progressista (PPD e PRSD). Esta circunstância pode indicar uma ação do PS em favor do PDC e da Concertación, talvez orientada para a estabilidade política na segunda metade do governo Bachelet.

Quadro 3. Alcaides e conselheiros eleitos pelo PS (1992-2008)

	1992	1996	2000	2004	2008	Em disputa
Alcaides	35	38	32	45 (11,8%)	29 (9,3%)	345
Conselheiros	174 (8,5%)	208 (10,7%)	239 (11,3%)	255 (10,9%)	250 (11,1%)	2.130

Elaboração do autor. Fonte: dados do Ministério do Interior <<http://www.elecciones.gob.cl/>>. Até 2000 os alcaides eram eleitos indiretamente pelos Conselheiros em cada município. Cargos “em disputa” conforme números de 2008.

A formação do governo também cria tensão – embora o tema seja tratado de maneira velada e a direção do PS, ao menos durante os governos Lagos e Bachelet, tenha defendido a prerrogativa do presidente nas nomeações (Prieto, 2001; Salinas, 2006). Conforme Altman (2008) os governos da Concertación buscaram criar ministérios congruentes com o poder dos partidos no Parlamento e desenvolveram mecanismos de integração horizontal (cargos relevantes do ministério são ocupados por membros de partidos diferentes do Ministro). Estas características se observam especialmente nos governos Aylwin e Lagos, a pesquisa não alcança o governo Bachelet.

Um indicador relevante da inserção do PS no sistema político é sua participação nos governos da Concertación. O quadro abaixo apresenta uma imagem da ocupação dos ministérios pelo PS durante estes governos, onde buscamos calcular quanto tempo a agremiação ocupou no conjunto das vagas ministeriais. Não foram considerados outros cargos relevantes, como os de Intendentes regionais – por exemplo, o PS ocupava 48

cargos de nível superior no governo em 2008⁴. Pelos dados da tabela, podemos observar que foi durante o governo Lagos que os socialistas possuíram maior controle sobre o ministério.

Quadro 4. Anos de ministério ocupados pelo PS (1990-2010)

	Aylwin	Frei	Lagos	Bachelet
Total de anos/ministério	72	108	108	72
Anos/ministério do PS	13 (18%)	17,5 (16%)	23 (21%)	11 (15%)
Principais ministérios ocupados pelo PS	Economia, Educação, Geral de Governo	Planificação, Trabalho	Interior, Trabalho	Planificação, Trabalho

Elaboração do autor. Considerados 18 ministérios. Anos/ministério corresponde ao número de anos do governo multiplicado pelo de ministérios. Cada período menor do que um ano foi considerado 0,5 ano. Dados obtidos na Wikipédia, parcialmente conferidos com informações do periódico El Mercurio.

Embora a participação no governo forneça vantagens objetivas – recursos financeiros, como a contribuição sobre remuneração de funcionários indicados, apresentação de lideranças à sociedade, recursos de patronagem – no caso do Chile a literatura aponta uma circunstancia adversa. Angell (2003, p. 104) e Huneus (2005, p. 45) salientam que o perfil técnico dos governos da Concertación causa um constrangimento aos partidos. Os governos da Concertación primam por uma gestão administrativa e consensual, com pouco espaço para realizações simbólicas e com marcada orientação pró-mercado. Assim, a participação no governo carrega o ônus de fragilizar os incentivos ideológicos para a militância e complicar a relação dos partidos com associações sociais. Este é um problema saliente para o PS, que possui fortes ligações com sindicatos e disputa este espaço com o PCCh. A participação nos governos pode, portanto, causar efeitos negativos sobre a unidade partidária se atingirem sua reputação.

Como destacamos, é sobretudo no Congresso que o PS interage com os partidos de direita (RN e UDI). Siavelis (2003, p. 204-205) observa que, em que pese o presidente chileno possuir elevados poderes de agenda, as gestões da Concertación mantiveram uma democracia consensual, de cooperação com o Congresso. Consoante, Huneus (2005, p. 81) salienta que o Congresso chileno “no es una institución marginal al proceso político y tampoco es estático, sino que a tenido un amplio e importante espacio de participación en el proceso político”, inclusive com a participação da oposição. Com outra interpretação a

⁴ Conforme dados obtidos em <<http://www.pschile.cl/gobierno.php>>.

respeito da causa desta democracia consensual, Garretón (2003, p. 197) sustenta que a sobre-representação da direita por meio do sistema binominal (que favorece a segunda força), em conjunto com as maiorias especiais exigidas para emendar a Constituição, confere um poder de veto à minoria e enfraquece o poder do presidente (ibidem, p. 192). Conduz, portanto, a exigência de acordos com a oposição para passar matérias relevantes pelo Congresso.

De fato, durante os governos Lagos e Bachelet a negociação com a oposição e a busca de consensos (em especial com a RN) continuaram sendo necessárias, em especial em questões que exigiram quoruns qualificados como alterações nas instituições políticas e regulamentação de políticas sociais. Este foi o caso, por exemplo, da aprovação do Seguro Desemprego no início do governo Lagos, quando os votos da RN suprimiram traições no PDC (Oposición..., 2001).

A atuação do PS no sistema partidário do Chile depende de múltiplos arranjos que envolvem desde seus parceiros mais próximos até os adversários ideológicos, como permitem inferir as circunstâncias que descrevemos. Esta estruturação da política chilena possui o condão de fortalecer a mediação e os acordos como mecanismo de solução de disputas, o que em boa medida regula o embate direto entre as agremiações quer no momento eleitoral, quer nas questões concernentes ao governo. Como observado, em tais condições as lideranças assumem um papel determinante na condução da vida política e deixa pouco espaço para soluções vindas das bases dos partidos. A manutenção dos complexos acordos entre os líderes políticos, por fim, tolhe as alternativas de mudança de curso e inovação frente aos desafios apresentados aos partidos.

Considerando os mecanismos de adaptação do PS destacados por Roberts, podemos considerar que a situação da agremiação frente à rigidez da vida democrática chilena atual torna-se especialmente difícil. Os acordos para manutenção da Concertación, para dividir o espaço político com o bloco progressista e mesmo com o PCCh, e ainda, durante os governos Lagos e Bachelet, para construir pontes com os partidos de oposição no Congresso, tornaram pequeno o espaço no PS para a manifestação de dissidências e surgimento de propostas alternativas. Desta maneira, se o pluralismo das forças internas do PS ainda fosse favorável aos mecanismos de inovação endógena, penetração e absorção ideológica, a organização da política chilena e as conexões do PS na Concertación incentivam outra prática: a manutenção da trajetória de aproximação, dos acordos rígidos e a padronização das idéias.

O Partido Socialista nos governos democrata-cristãos (1989-2000)

Embora o Partido Socialista ainda não estivesse formalmente unificado, em outubro de 1989 lançou um documento que esclarece sua subscrição ao programa de governo da Concertación e ao do PAIS (Partido Amplio de Izquierda Socialista, que uniu a parte ortodoxa do PS com o PCCh) (PS, 1989, p. 1). Tal qual o programa da Concertación, o PS apresenta preocupações centrais com a democracia, em afastar a tutela militar e incentivar a participação popular – mas o documento socialista não possui o enfoque consensualista, nem a mesma moderação ao abordar as transformações econômicas que deseja ver implementadas. O primeiro programa de governo da Concertación de Partidos por la Democracia (1989) preocupa-se em defender a superação das extremas desigualdades de renda e oportunidades, mas de maneira atrelada à competitividade da economia: “no habrá crecimiento, justicia y paz social, por un manejo inadecuado de la economía o por tratar de alcanzar metas incompatibles con los recursos efectivamente movilizables” (ibidem, p. 11). Esta é uma diferença importante entre o PS e a Concertación neste momento.

A eleição presidencial de 1989 foi vencida pelo candidato da Concertación, Patricio Aylwin. Seu governo foi marcado pela busca do consenso junto à oposição. De fato, a posição minoritária no Senado e o temor de uma nova intervenção militar pesaram contra iniciativas mais incisivas para reformar o sistema político (Loveman, 2001, p. 313). No campo econômico, instaurou-se uma política altamente consensual de liberalização econômica, conforme Scully (1994, p. 10). O autor também destaca que o governo aumentou em 30% o gasto social, o que – em conjunto com o forte crescimento econômico do período – permitiu retirar da pobreza quase 20% do total de pobres.

Estes avanços, a boa aceitação do governo e a derrota do PAIS nas eleições parlamentares favoreceram a reunificação do PS e sua adesão à Concertación. No congresso partidário de dezembro de 1992 o PS lançou as bases programáticas da pré-candidatura do socialista Ricardo Lagos à Presidência – derrotada por Eduardo Frei Ruiz-Tagle (PDC) nas prévias de 1993. Naquele congresso, mesmo apoiando o governo, os socialistas defendem uma maior atuação do Estado enquanto promotor de oportunidades sociais (PS, 1992). Seu eixo principal é a integração dos pobres ao processo produtivo, ponto próximo à Concertación.

Ainda assim, o programa oficial da candidatura de Frei em 1994 vai muito mais longe em defesa de uma política macroeconômica rigorosa. Segundo este programa, o crescimento econômico “supone inflación decreciente y exige mantener un severo control sobre las finanzas públicas”, exige “una política monetaria (...) consistentes con la productividad del capital en el largo plazo; y un tipo de cambio real que asegure una adecuada competitividad internacional” (Concertación de Partidos por la Democracia, 1994, p. 45). Neste sentido, projeta inclusive o eventual contingenciamento do gasto social. Estes são pontos claramente destoantes entre as pretensões da Concertación e dos socialistas.

O bom desempenho da economia durante o governo Lagos, até a crise asiática de 1998, permitiu o crescimento e a diminuição da pobreza – embora sem grandes avanços contra a desigualdade – e, no campo social, as principais medidas foram direcionadas para a educação básica (Ffrench-Davis e Gomá, 2003; Gajardo, 2003).

Ao comparamos as idéias defendidas pelo PS e pela Concertación no período liderado pelos democrata-cristãos, podemos notar que a agremiação precisou colocar de lado suas posições mais favoráveis à ação direta do Estado, especialmente nas políticas sociais. Alguns fatores contribuíram para que estas divergências não gerassem um conflito maior. A Concertación assumiu o governo com o gasto público defasado, no qual os serviços estatais precisavam ser recuperados. Como indicado, embora não com a presteza desejada pelos socialistas, o governo avançou neste sentido. Além disso, as lideranças do setor centrista da coalizão (PDC) e do setor socialista reformado (PPD e parte do PS) já assumiram o governo com uma interpretação positiva sobre a autonomia do mercado. No período, temores a respeito do recrudescimento militar (que chegou a realizar demonstrações públicas de força no governo Aylwin) e a vigilância da oposição congressual cercearam a atuação do governo e podem ter incentivado a moderação nas exigências dos setores de esquerda do PS.

O Partido Socialista no governo Lagos (2000-2006)

Em seu congresso de maio de 1998, o PS aprovou um balanço dos governos da Concertación e uma proposta de programa para Ricardo Lagos, novamente pré-candidato à Presidência. As resoluções ressaltam que a Concertación conseguiu restabelecer o governo democrático e as liberdades civis, além de importantes avanços no campo

econômico e social. Ainda assim, o documento dá um passo firme em direção a cobranças mais incisivas nas políticas sociais e no combate à desigualdade. Buscando atacar as razões pelas quais não foram realizados maiores avanços, o PS propõe que a política de consensos entre os altos escalões políticos deve dar lugar ao poder real da maioria (embora não explicitado, esta idéia remete a um slogan do tempo de Allende). Assim, a proposta do PS novamente é mais incisiva quanto ao papel do Estado:

Los socialistas afirmamos que sin un Estado vigoroso no habrá igualdad de oportunidades, ni tampoco un desarrollo integral y sustentable. Rechazamos la idea de un estado mínimo o subsidiario. Se requiere un Estado democrático que asegure la gobernabilidad del proceso de cambios y la inserción internacional de Chile. Un Estado que abra las oportunidades para todas las personas, que garantice el acceso de todos los chilenos a los bienes públicos y que asegure derechos ciudadanos. Un Estado que tenga fuerza reguladora para garantizar una justa competencia. Un Estado que oriente el desarrollo nacional con una estrategia de largo plazo orientada a elevar la calidad de vida de todos los chilenos. (PS, 1998)

A primária de 1999, em que Lagos venceu o pré-candidato do PDC, marcou o ingresso do PRSD no bloco progressista com PS e PPD. No programa de governo da candidatura Lagos (Para Crecer con Igualdad) foram mantidas as idéias centrais da coalizão, de crescimento econômico com diminuição das desigualdades sociais. Em uma aproximação com as idéias socialistas, enfatiza a necessidade de reorientar o Estado para servir aos mais necessitados – com destaque para questão da saúde. A interpretação sobre a relação entre Estado e mercado aparece nítida na apresentação do texto: “la igualdad no puede ser creada artificialmente por el Estado. Pero tampoco nace automáticamente del mercado” (Concertación de Partidos por la Democracia, 1999, p. 4). As diretrizes da política econômica são sucintas e incisivas: controle da inflação, autonomia do Banco Central, disciplina fiscal, melhorar a eficácia do gasto público, “cumplir con los compromisos sociales sin poner en riesgo el crecimiento y la estabilidad” (ibidem, p. 8). Não cede, portanto, ao apelo do PS em torno de um estado forte.

Ainda sob os reflexos da crise asiática, nos primeiros anos do governo Lagos não houve crescimento econômico. Para Fazio e Prada (2006, p. 23), o conservadorismo da política macroeconômica falhou em produzir efeitos anticíclicos. No campo político, por outro lado, foram derogados os entraves autoritários mais evidentes: a inamovibilidade dos chefes das Forças Armadas, as funções resolutivas do Consejo de Seguridad Nacional e os senadores designados e vitalícios. Estas medidas, e também as inovações

no campo das políticas sociais, como o seguro desemprego e o Chile Solidario, precisaram ser negociadas com a oposição na busca de consensos. Boeninger (2008, p. 161) aponta que o compromisso prioritário com a saúde resultou em uma reforma bem sucedida – mesmo que a primeira proposta, mais favorável ao setor público, tenha sido barrada no Congresso.

Angel e Pollack (2000, p. 375) salientam que os presidentes anteriores responsabilizaram-se por consolidar a transição democrática e a modernização do estado, mas Lagos foi eleito em meio a elevadas expectativas entre seus apoiadores sobre a redução da pobreza e da desigualdade social. A manutenção da política de consensos e o conservadorismo demonstrado no início do governo Lagos, no campo econômico e social, frustraram as expectativas demonstradas pelos socialistas em seus documentos. Esta situação instaura uma crise entre o PS e o governo, com importantes desdobramento na organização interna da agremiação.

Logo no primeiro ano de governo o presidente socialista, Ricardo Nunes, líder do setor renovado, ressalta a posição do partido: “hay que escuchar a los empresarios y al capital, pero no en desmedro de los trabajadores y de quienes viven de un sueldo y un salario” (PS Criticó..., 2000). A posição neste assunto parece ter sido um tema importante nas definições do partido. Na eleição interna de maio de 2001 o comitê central ratifica o embate com o governo ao eleger Camilo Escalona, deputado da corrente ortodoxa Nueva Izquierda e identificado pelas posições contundentes:

En la Concertación prevalecen dos visiones estratégicas para comprender el país y la acción de gobierno. Una está en el origen de la Concertación y aspiraba a recuperar la democracia y lograr la justicia social. La otra se ha desarrollado en los últimos años, su raíz está en el liberalismo económico pero es claramente de cuño neoconservador. Esta visión pretende resolver los problemas del país cuidando a los ricos, como dijo Pinochet en su época, es decir privatizando lo poco que queda en manos públicas, debilitando aún más el sector estatal y apostando todo el futuro del país a las leyes del mercado (Escalona pide..., 2000).

A reação de Lagos veio com a mobilização dos ministros socialistas do governo para promoverem a mediação com o partido. Como podemos observar no quadro quatro, acima, foi no governo Lagos que o PS permaneceu por mais tempo em ministérios. De qualquer maneira, os principais líderes do partido efetivamente abaixam o tom do discurso. Ao assumir a presidência socialista em 2001, Escalona apresenta-se mais moderado: o PS trabalhará “con lealtad democrática para respaldar al Presidente Lagos,

[...] eso no significa la incondicionalidad irracional de quienes no piensan, sino la lealtad de quienes tienen un proyecto político, una visión de país y un compromiso con el mundo popular” (Socialismo..., 2001).

Mesmo após os escândalos de corrupção de 2002, que levaram o governo a turbulências maiores, e diante das posições duras do PDC, os líderes do PS e PPD uniram-se em defesa do governo. Tais posições parecem ter sido insuficientes pra conter a insatisfação entre os setores sociais do partido, como revela a declaração do então presidente da Central Unitaria de Trabajadores (CUT), membro do PS:

¿Pero cómo se siente con el actual PS? “No muy cómodo porque el PS nace para tratar de oponerse a un sistema, a un modelo, y estamos administrando un modelo neoliberal que no nos lleva al socialismo, por lo tanto lo estamos haciendo al revés. El PS ha ido pasando a la socialdemocracia. Ya no se plantea la construcción del socialismo sino que la gente viva mejor. Se ha ido acomodando” (Martínez, 2003).

As disputas internas seguintes não deram espaço para críticas contundentes ao governo. Em 2003 venceu Gonzalo Martner, até então ministro da Secretaria Geral da Presidência. Em 2005, quando o governo Lagos logrou aumentar sua aprovação entre a população e Bachelet já despontava como presidenciável do partido, uma candidatura uniu as grandes tendências dos setores renovado e ortodoxo e seus principais líderes para vencer uma nova candidatura de Martner. O membro de uma corrente menor criticou esta disputa dizendo que “los críticos y los criticados parecen ser parte de un mismo proceso de privatización de la política y oligarquización de las decisiones, donde las máquinas de poder, sin ideas ni programas, asaltan el Palacio de Invierno” (Ahumada, 2005). Esta configuração de forças, com a coalizão de setores então antagônicos e a ampla preponderância da posição pró governo, favoreceu a adesão plena do PS ao projeto da Concertación, fechando o movimento iniciado com a redemocratização.

Ao lado da mudança na conformação do PS, outras inovações possuíram impacto organizacional por alterar os recursos financeiros disponíveis à agremiação: a partir de 2002 o governo passou a pagar uma indenização pelo confisco dos bens dos partidos durante o regime militar e, em 2003, foi aprovado o financiamento público parcial das campanhas eleitorais. Embora as fontes privadas continuem relevantes, estes recursos permitiram ao PS pela primeira vez realizar aportes às candidaturas parlamentares (Salcedo e Fuente, 2007, p. 115). Nos anos eleitorais de 2005/2006, por exemplo, os fundos estatais responderam por 57,35% dos recursos declarados pelo PS, as doações

para a campanha somaram 11,3% e as contribuições dos filiados 5,58% (Oliveira, 2009, p. 644). Estas inovações podem ter favorecido o movimento já percebido por Huneus (1998), de diminuição da importância do papel da militância para os partidos, o socialista inclusive. Uma mudança deste tipo é compatível com o enfraquecimento do discurso ideológico por parte das lideranças partidárias, como se observará na sequência.

O Partido Socialista no governo Bachelet (2006-2010)

Embora o presidente Lagos tenha criado laços com o PS renovado desde o exílio (Salinas, 2000), sua liderança no processo de redemocratização e sua ligação com o PPD garantiam certa independência em relação aos socialistas. Bachelet, ao contrário, avançou nos quadros partidários a partir no setor ortodoxo (Nueva Izquierda) e tornou-se conhecida como ministra do partido nas pastas da Saúde e Defesa. Mais do que com Lagos, portanto, a candidatura de Bachelet apresentou-se como um caminho viável para o projeto de poder do PS – um passo largo para o quinto partido em densidade eleitoral e no Parlamento. O “fenômeno Bachelet” foi sustentando pelo crescimento perene da candidata nas pesquisas de intenções de voto: de 1% em julho de 2002, para o topo de 47% em julho de 2005 (Gamboa, 2007, p. 61). Podemos inferir, portanto, sobre a existência de incentivos relevantes para que os líderes socialistas fortalecessem a conexão da agremiação com a Concertación como estratégia para a conquista da Presidência.

Esta aproximação pode ser observada por meio da consonância das propostas internas do PS com o programa da Concertación para as eleições de 2006 – suprimindo as maiores diferenças reparadas nos casos de 1989, 1994 e 2000 (Oliveira, 2009, p. 46). Em 2005 o PS reformula o clássico apelo de formação de uma ampla maioria em direção à classe média: “muchas familias trabajadoras, incluyendo a amplios segmentos medios, viven en la incertidumbre y la desprotección frente a los riesgos sociales” (PS, 2005, p. 4). O PS também diminui a exigência por um Estado mais presente nas políticas sociais. No mesmo sentido, o programa de governo da Concertación volta-se para a redução da insegurança econômica não só dos mais pobres, mas também da classe média, ao mesmo tempo em que mantém o compromisso com a estabilidade econômica (Concertación de Partidos por la Democracia, 2005, p. 10, 13, 20). No jogo eleitoral, esta inflexão do PS

pode responder à preocupação em acolher o eleitorado de classe média, mais próximo ao PDC e almejado pela candidatura centrista da RN.

Como apresenta o quadro abaixo, o governo Bachelet manteve a tendência, já presente com Lagos, de aumentar de maneira parcimoniosa a participação do Estado nas políticas de educação e saúde. O aumento do gasto em saúde parece ter incentivado a filiação de um maior contingente no sistema público da FONASA. Na educação, por outro lado, as escolas públicas (municipalizadas na ditadura) perderam espaço em número de matrículas para os estabelecimentos privados subvencionados. O aumento gradual no gasto e nos serviços oferecidos na saúde e na educação indicam que os governos Lagos e Bachelet não promoveram uma ruptura, com o incremento substancial nas políticas sociais chilenas.

Quadro 5. Gasto (% gasto total) e serviços públicos em saúde e educação – Chile, 1999-2008

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	Frei	Lagos						Bachelet		
Gasto em Saúde	12,4	12,7	13,3	13,4	14	14,2	14,5	15,3	15,9	15,8
Filiados à FONASA	61,5	65,6	64,9	65,2	66,1	67,4	68	69,5	70,4	72,7
Gasto em Educação	16,7	16,7	17,4	17,8	17,8	18,1	17	16,8	17,2	18,4
Matrículas Municipal	54,4	53,7	53	52	50,8	49,3	48,3	46,5	44,9	43,3
Matrículas Part. Subv.	35	35,8	36,5	37,8	39,7	41,5	43,1	45	46,5	48

Elaboração do autor. Gasto em saúde e educação como porcentagem do gasto total do governo central, fonte: Dirección de Presupuestos (2009). Porcentagem de pessoas filiadas ao sistema público de saúde (FONASA) sobre a população total. Fonte:

<https://fon.fonasa.cl/prontus_fonasa/site/artic/20070112/asocfile/01__demografia_pagina_web__08_06_2009_jav.xls#T1.1.1!A1>. Porcentagem de matrículas em estabelecimentos municipais e subvencionados sobre total de matrículas (cálculo do autor). Fonte:

<http://w3app.mineduc.cl/mineduc/ded/documentos/Estadisticas_2008_Capitulo_2.xls>.

A ausência de maiores iniciativas em aumentar o papel estatal na provisão de políticas sociais e a manutenção da política econômica continuaram informando, no governo Bachelet, as principais controvérsias no interior do PS. Nas eleições internas de 2008 a coalizão liderada por Escalona manteve-se na direção do PS, vencendo grupos opositores à direção partidária e ao governo. Mostrar as diferenças entre a coalizão dominante e estes setores minoritários ajuda a compreender os desdobramentos no interior do partido durante o mandato de Bachelet.

A Grandes Alamedas, liderada por Isabel Allende Bussi, conjuga forças renovadas e ortodoxas. Em seu manifesto (Grandes Alamedas, 2008, p. 2), ao mesmo tempo em que defende empenho da Concertación em “asegurar y expandir libertades, en brindar estabilidad, paz y progreso, (...) en construir las bases de un sistema de protección social (...) sin abjurar de la necesidad del rigor fiscal o amenazando los equilibrios macroeconómicos”, critica a racionalidade tecnocrática neoliberal que impede maiores avanços sociais. Com posições mais duras, os defensores do documento El Partido Socialista como Fuerza Popular afirmam que “el modelo económico-social ha debilitado y desprotegido a los trabajadores, a los consumidores y a los pequeños empresarios, dejando al arbitrio del gran capital el control, administración y manipulación del mercado” (Arrate et alli, 2007, p. 1). Para este setor, o governo Bachelet, ao manter as bases da política social anterior, fortaleceu o modelo neoliberal que divide os chilenos segundo suas origens sociais. Mesmo o discurso desta lista seja muito mais firme em oposição às forças do mercado, as duas listas apresentam críticas que correspondem àquelas que o PS dirigia à Concertación anteriormente. Por exemplo, as duas defendem a alterar a política de subvenção do ensino particular em favor de escolas públicas.

Em que pesem as posições das listas minoritárias, as resoluções do congresso socialista de 2008 iniciam por “ratificar la condición de partido de gobierno del Partido Socialista de Chile y manifestar su apoyo irrestricto al gobierno de la Presidenta Michelle Bachelet” (PS, 2008, p. 2). As críticas lançadas não ganharam nenhum espaço concreto. Ao lado desta firme aliança com o governo o PS também buscou fortalecer as relações com a Concertación na divisão do poder. Nas eleições locais de 2008 o PS aliou-se ao PDC, o que custou aos socialistas a perda de espaço (conforme quadro três). Ainda mais relevante, pela primeira vez o PS optou por apoiar o pré-candidato do PDC para as eleições presidenciais de 2009. Não só o PS indicou Eduardo Frei à presidência, como vetou a inscrição de seus filiados na realização de uma eventual prévia e advertiu que poderia ser negada vaga nas listas de deputados e senadores aos postulantes que apoiassem outra candidatura presidencial (Escalona lanza..., 2009).

O entrelaçamento com a Concertación, já claro no que se refere às idéias programáticas, agora passa a medidas concretas de contenção das forças internas da agremiação em defesa da divisão de espaço político com os partidos aliados, especialmente o PDC. A política de acordos de cúpula atingiu, em 2009, um espaço até então mantido em competição aberta entre as forças da Concertación (a escolha do

candidato presidencial). Mesmo na definição dos cargos parlamentares, embora o sistema de prévias estivesse previsto no estatuto, a definição dos candidatos socialistas manteve-se adstrita aos acordos entre as correntes internas e os parceiros do bloco progressista. No entanto, a ameaça de negar vaga na lista para um senador ou deputado concorrer à reeleição demonstra que a direção do PS estava disposta a garantir a disciplina partidária neste caso limite – a escolha do candidato presidencial sem prévias – com base na sanção.

A falta de abertura para reformular as idéias do partido ou para competição aberta sobre o futuro candidato a presidente conduziu a um movimento de evasão do partido. Em novembro de 2008 o senador Alejandro Navarro, acompanhado de 120 militantes e seis membros do Comitê Central, aderiu ao Partido Movimiento Amplio Social (MAS). O líder histórico Jorge Arrate, visando a candidatura presidencial, em janeiro de 2009 filiou-se ao PCCh. Em junho de 2009, com sua candidatura presidencial já lançada e apoiada pelo MAS, foi a vez de Enríquez-Ominami deixar o PS, ocasião em que declarou:

A más de 20 años del retorno de la democracia, nada justifica la mantención de los acuerdos suscritos en un contexto político, económico y social muy diferente. Nada, excepto la mantención de ciertos privilegios y réditos de un grupo pequeño de dirigentes, explica la colusión y privatización de la política y su efecto más perverso: la concentración del poder simbólico, político y económico en un reducido puñado de personajes (Enríquez-Ominami en..., 2009).

Considerando a mudança no PS operada durante o governo Lagos, podemos inferir que esta nova situação deixou descoberto um campo programático de crítica à Concertación pelo viés da esquerda, sem espaço no interior da aliança e não preenchido pelo PCCh. Neste sentido, podemos destacar que os dois candidatos a presidente, Arrate e Enríquez-Ominami, assinavam o manifesto da esquerda no PS em 2008. Representantes deste setor nas eleições presidenciais de 2009, em conjuntos eles receberam 26,35% dos votos no primeiro turno. O candidato da Concertación alcançou 29,6% dos votos e Sebastián Piñera (RN, UDI), 44,06% (quadro um). Tal resultado vislumbra uma configuração das forças políticas nos contornos do período anterior ao golpe de 1973 (esquerda – centro – direita), diferente da dinâmica dualista inaugurada no plebiscito de 1988.

A vitória de Piñera no segundo turno (51,61%) marcou o fim do longo ciclo da Concertación no poder presidencial do Chile. Este fato repercutiu em todas as

agregações da coalizão. Escalona, que da presidência do PS sustentou publicamente as posições mais rígidas em torno da candidatura Frei, acabou obrigado a deixar o cargo. Em seu lugar, pela primeira vez desde o governo Lagos, assumiu interinamente um representante de fora da coalizão majoritária, ligado a Las Grandes Alamedas.

Implicações teóricas do caso do Partido Socialista chileno

Poder, política e votos

A trajetória do PS após a redemocratização responde aos objetivos de poder do partido, aos constrangimentos da arena eleitoral e suas relações com os outros atores partidários. Esta dinâmica pode ser apreendida pela interpretação de Lipset e Rokkan (1992, p. 167), de que os partidos interessados exercer influência política precisam ser capazes de estabelecer frentes comuns com seus inimigos potenciais. Durante o período, a extensão da aliança formada pelo PS restringiu-se ao campo de centro representado pelo PDC, mas em termos programáticos exigiu a distensão em direção a políticas sociais ajustadas com as forças do mercado – com menor capacidade autônoma do estado e efeitos mais graduais do que o partido defendia inicialmente. A julgar pelos resultados eleitorais favoráveis obtidos pela Concertación, este sacrifício programático foi capaz de consolidar uma ponte entre amplos setores sociais da população chilena. A noção de que os partidos chilenos possuem vínculos sociais fortes e perenes fortalece esta hipótese.

Portanto, a partir de sua reunificação e adesão à Concertación e ao governo Aylwin, o PS passou a equilibrar – nem sempre de maneira tranquila – seus objetivos eleitorais, de poder via acesso aos cargos públicos no governo e de influência sobre políticas públicas. Seguindo os parâmetros definidos por Strøm (1990), é possível apreender que as concessões programáticas exigidas pelos objetivos de curto prazo – obtenção de cargos no governo e viabilidade eleitoral –, embora tenham permitido certa influência sobre as políticas públicas, ao longo prazo prejudicou a capacidade do PS em garantir sua unidade interna e assegurar o apoio de setores de esquerda da população à Concertación. Ou, ao menos, favoreceu a evasão de lideranças que apelam a estes setores nas eleições de 2009. Ironicamente, a participação parlamentar do PS e da Concertación pode ter sido protegida pelo sistema binominal. Ademais, a falta de capilaridade dos novos partidos (MAS, em especial) e o acordo com o PCCh podem ajudar a explicar a manutenção na votação parlamentar do PS, observada no quadro dois.

Objetivos, organização e mudança partidária

A dinâmica entre a obtenção de espaço político (poder) e a defesa de princípios programáticos (ideologia) inspirou algumas das principais interpretações teóricas sobre o comportamento dos partidos políticos (Kirchheimer, 1980; Wolinetz, 1989; Katz e Mair, 1995). Tais abordagens ressaltam que as mudanças ideológicas são acompanhadas de mudanças na organização dos partidos. Ou seja, mudanças programáticas são mais bem compreendidas como opções adstritas à vida interna da agremiação, às alianças com outros partidos, aos seus objetivos eleitorais – como mudança partidária em sentido amplo. Neste sentido, Harmel e Janda (1994) propõem considerar o impacto nos partidos de choques externos ou de transformações socioeconômicas em relação aos objetivos que estes partidos priorizam e sua estrutura organizacional interna.

Quando olhamos para a história recente do PS, podemos identificar três momentos críticos gerados por choques externos que impulsionaram a mudança partidária: o resultado das eleições parlamentares de 1989, que inviabilizou a aliança entre o setor ortodoxo do PS e o PCCh; o início do governo Lagos, que frustrou expectativas de mudanças profundas na política social e econômica; e a abertura da possibilidade levar à presidência Bachelet. As respostas organizacionais do PS foram as seguintes, respectivamente: unificação do PS e adesão à Concertación; surgimento de um campo pró-governo e moderação das demandas políticas da agremiação; e formação de uma coalizão interna entre os setores ortodoxo e reformado que favoreceu a vinculação completa dos socialistas ao projeto da Concertación. Esses movimentos formam um processo de aproximação do PS à Concertación, seja em termos programáticos ou na ampliação da política de acordos.

Como destacamos, tanto as regras do sistema eleitoral quanto a polarização gerada no plebiscito de 1988 favoreceram as estratégias de uma grande coalizão de centro esquerda e a ampla articulação sobre as disputas políticas e, especialmente, eleitorais. A coalizão dominante do PS, ao impulsionar a mudança partidária em direção a estratégia da Concertación, pode ter considerado que seus benefícios em termos de chances de chegar ao poder eram maiores do que os custos organizacionais implicados – como generalizam Harmel e Janda (1994, p. 278).

Não obstante, podemos observar que a mudança realizada importou um elevado custo no que diz respeito às capacidades organizacionais desenvolvidas pelo PS desde sua fundação. Roberts (1994) destaca como estas capacidades estavam relacionadas à

possibilidade de absorver mudanças a partir do ambiente político e buscar alternativas na diversidade de suas forças internas para mudar a trajetória do partido. Notamos ao menos três fatores que se opõem a essas características: o processo de armar a lista, que exige rígidos acordos entre os partidos da Concertación; a política de consenso com o Congresso, que exige a pactuação com a oposição; e, especialmente, a emergência de uma coalizão dominante socialista disposta a utilizar mão de ferro para manter o partido na trilha aberta pela Concertación. A evolução do processo de aproximação com a Concertación parece ter sido capaz de interiorizar a rigidez do sistema político chileno no PS, incrementar a centralização das decisões na direção partidária e anular os mecanismos de adaptação notados por Roberts. Notada a partir deste processo, a crise que levou à evasão de quadros partidários em 2009 resultou não de um choque externo, mas de uma reação interna à organização do PS.

A literatura sobre mudança partidária costuma encontrar nos desafios ou incertezas do sistema político e social a razão das mudanças partidárias. A crise endógena do PS em 2009 não responde à incerteza do ambiente, mas à frustração com os limites das possibilidades oferecidas pelo partido. Não respondeu a uma traição inesperada aos objetivos do partido, mas à persistência de um projeto político sem inovações relevantes. Talvez, inclusive, a candidatura Frei tenha sido interpretada como retrocesso diante dos objetivos originais do PS. Os atores da crise de 2009 buscaram ampliar a competitividade do sistema político e, como resultado, ampliaram a insegurança em relação aos futuros embates. Trata-se, assim, do movimento esperado por Kitschelt (2000, p. 168): quanto mais os partidos se afastam de suas bases tradicionais, maior a abertura para novas opções partidárias entre o eleitorado e mais difícil manter a estabilidade do sistema partidário.

Setores internos e mudança partidária

Podemos buscar, ainda, compreender em que medida as relações entre setores internos do partido (base, direção, membros no governo/parlamento) e os recursos disponíveis à agremiação influenciaram a mudança partidária constatada (Katz e Mair, 1993). Em primeiro lugar, observamos que a direção do PS durante todo o período manteve e até mesmo aumentou sua força de comando, especialmente em decorrência da política de acordos da Concertación. Considerando que a maioria do comitê central do PS é formada por candidatos e parlamentares (Villar, Maggi e Fuentes, 2007, p. 23), pode-se

esperar uma grande correspondência da direção aos seus objetivos. Por outro lado, a obtenção de recursos garantidos pelo estado a partir de 2002, durante o governo Lagos, pode ter favorecido um processo, já percebido por Huneus (1998), de diminuição da relevância base partidária e sua militância.

A literatura permite inferir sobre uma aliança entre direção e membros no governo que favoreça seus objetivos (poder) às custas dos objetivos mais caros à base do partido (ideologia). Entretanto, é necessário salientar que a coalizão dominante que impulsionou as mudanças no PS contou com apoio da maioria da base em processos congressuais e eleições diretas. Assumir a interpretação da literatura, portanto, presume uma pureza de propósitos que o conjunto da base não necessariamente possui. É possível que a própria base socialista tenha se tornado mais suscetível aos incentivos seletivos do controle do governo ou, ao menos, tenha aceitado realizar abdições programáticas em favor de melhores chances de chegar ao poder.

Mudança programática

Klingemann, Hofferbert e Budge (1994) observam que a mudança ideológica dos partidos nas democracias consolidadas é limitada pela necessidade das agremiações manterem certa consistência com seu passado (seja para não tencionar a relação com seus membros ou para não perder credibilidade junto ao eleitorado). Nas eleições, os partidos transformam estes princípios ideológicos mais ou menos fixos em pacotes coerentes de políticas públicas, de maneira que ao longo do tempo os eleitores podem realizar opções informadas (ibidem, p. 270). Sobre a mudança ideológica do PS, podemos observar a continuidade em todo o período de uma preocupação saliente com a promoção de condições para a igualdade social. Não obstante, a mudança na forma de atingir este objetivo – da defesa de um estado forte para a política concertacionista de crescimento com igualdade – apresenta uma limitação substancial neste objetivo de promoção da igualdade social (Oliveira, 2009, p. 57).

As interpretações teóricas destacadas salientam a mudança partidária como respostas à dinâmica eleitoral nas democracias consolidadas. Por outro lado, Kitschelt (2000) considera que as inflexões programáticas e inovações organizacionais se devem mais às mudanças socioeconômicas, que trouxeram um nível de complexidade e incerteza não traduzível em alternativas ideologicamente consistentes, do que propriamente a uma estratégia deliberada dos partidos. A Concertación, desde sua

fundação, apresentou programas de governo com apelo a diversos setores sociais, mas coerentes no que diz respeito ao objetivo de conjugar crescimento econômico com igualdade de oportunidades. Na prática, este objetivo se traduziu em austeridade na política econômica e avanço gradual nas políticas sociais. No caso chileno, portanto, parece possível encontrar importante capacidade do sistema político em sustentar uma proposta de contornos bem definidos e duradoura. A adesão do PS a este projeto, ao lado de cumprir com seus objetivos de obtenção de poder, pode ser interpretada também como a dificuldade de montar um programa político consistente sobre outras bases.

Conclusão

O momento da transição para a democracia no Chile uniu o Partido Socialista às forças de centro do país. A participação do partido nos governos bem avaliados da Concertación – que puderam cumprir com sucesso suas propostas mais sinceras, obter desenvolvimento econômico, reduzir a pobreza e acumular conquistas nestes campos e na consolidação da democracia – criou incentivos poderosos para que a coalizão fosse mantida. De fato, a trajetória do PS na nova democracia chilena é a de entrelaçamento do partido com a aliança. Especialmente partir do governo Lagos, os socialistas abriram mão de objetivos programáticos caros ao partido – como a ampliação do papel do estado na provisão de bem-estar – para aderir ao governo e garantir a unidade da Concertación. Na verdade, a aliança mostrou ser uma estratégia valiosa para os socialistas chegarem ao poder presidencial com a eleição de Bachelet.

Não obstante, os compromissos exigidos para a manutenção da aliança e participação no governo – que envolvem das inovações em matéria de políticas públicas à definição dos candidatos para os cargos parlamentares – apresentou um custo alto para os socialistas. Participar da Concertación exigiu que fossem suplantados os mecanismos de adaptação de trajetória e inovação endógena, tão valiosos para o partido ao longo de sua história. Ao fim do governo Bachelet, em 2009 a direção do PS optou por apoiar a pré-candidatura do PDC para as eleições presidenciais. Como resultado, as divergências programáticas dos socialistas com a Concertación foram abafadas, obistou-se a apresentação de alternativas dentro do seu projeto e abriu-se espaço para que novas e velhas lideranças, catalisando aquelas divergências, rompessem com o partido e a coalizão. Depois de ameaçar tomar da Concertación o lugar no segundo turno e

conquistar a quinta parte do eleitorado, a candidatura independente de Enríquez-Ominami representou a falta de capacidade de renovação que parece ter favorecido a derrota da coalizão nas eleições presidenciais de 2009-2010.

Bibliografia

AHUMADA, Jaime. Partido Socialista. **El Mercurio**, Santiago, 3 fev. 2005. Disponível em: <<http://diario.elmercurio.cl/detalle/index.asp?id={61d062e2-b417-41f6-878f-050705277890}>>. Acesso em: 1 mar. 2009.

ALEMÁN, Eduardo. SAIEGH, Sebastián. Legislative Preferences, Political Parties, and Coalition Unity in Chile, **Comparative Politics**, New York, n. 39(3), 2007, p. 253-272.

ALTMAN, David. Political Recruitment and Candidate Selection in Chile, 1990 to 2006. In. **Pathways to power: political recruitment and candidate selection in Latin America**. SIABELIS, Peter M. MORGENSTERN, Scott. (org). Pennsylvania: Pennsylvania State University, 2008. p. 241-270.

ANGELL, Alan. 2003. Party Change in Chile in Comparative Perspective. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 23, n. 2, p. 88-108.

ANGELL, Alan. POLLACK, Benny. The Chilean presidential elections of 1999–2000 and democratic consolidation, **Bulletin of Latin American Research**, v. 19, n. 3, jul. 2000, p. 357-378.

ANINAT, Cristóbal. LONDREGAN, John. NAVIA, Patricio. VIAL, Joaquín. DRAFT, Third. **Political Institutions, Policymaking Processes, and Policy Outcomes in Chile**. Washington: Inter-American Development Bank. 52 p. (Working Paper 3222).

ARRATE, Jorge. Et alli. **El Partido Socialista como Fuerza Popular**. Santiago, 2007, 7 p.

BARRENECHEA, Julio. Don Marmaduke. In WITKER, Alejandro. **História Documental del PSCH 1933-1993: Forjadores – Signos de renovación**. Santiago: IELCO, 1993. p. 11-16.

BOENINGER, Edgardo. **Políticas Públicas en Democracia: institucionalidad y experiencia chilena 1990–2006**. Santiago: Uqbar, 2008.

CONCERTACIÓN DE PARTIDOS POR LA DEMOCRACIA. **Programa de Gobierno Patricio Aylwin (1990–1994)**. Santiago: LaEpoca, 1989.

CONCERTACIÓN DE PARTIDOS POR LA DEMOCRACIA. Programa de Gobierno: **Para Crecer con Igualdad**. Santiago: Concertación de Partidos por la Democracia, 1999. 64 p.

CONCERTACIÓN DE PARTIDOS POR LA DEMOCRACIA. **Programa de Gobierno 2006-2010**. Santiago: Concertación de Partidos por la Democracia, 2005. 102 p.

CONCERTACIÓN DE PARTIDOS POR LA DEMOCRACIA. **Un Gobierno para los Nuevos Tiempos**: Bases programáticas del Segundo Gobierno de la Concertación. Santiago: Concertación de Partidos por la Democracia, 1994. 136 p.

DIRECCIÓN DE PRESUPUESTOS. **Estadísticas de las Finanzas Públicas 1999-2008**. Santiago: Dirección de Presupuestos, 2009.

ENRIQUEZ-OMINAMI EN su mensaje de renuncia. **El Mercurio**, Santiago, 12 jun. 2009. Disponible en: <<http://diario.elmercurio.cl/detalle/index.asp?id={df39c94f-3e49-4fb4-a91d-eb646591bdf5}>>. Acceso en: 01 jul. 2009.

ESCALONA LANZA advertencia a aspirantes PS al Parlamento. **Emol**, Santiago, 14. mar. 2009, disponible en: <<http://www.emol.com/noticias/nacional/detalle/detallenoticias.asp?idnoticia=348857>>. Acceso en: 1 jul. 2009.

ESCALONA Pide Golpe de Timón a Pdte. Lagos. **El Mercurio**, Santiago, 24 nov. 2000. Disponible en: <<http://diario.elmercurio.cl/detalle/index.asp?id={8a2afed6-919e-46f1-a1ca-a23a1d3f4e39}>>. Acceso en: 1 mar. 2009.

FAZIO, Hugo. PRADA, Magali. Las políticas macroeconómicas en el sexenio Lagos. In. FAZIO, Hugo. Et alli. **El Gobierno Lagos: balance crítico**. Santiago: LOM, 2006. p. 17-28.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. GOMÁ, Oscar Muñoz. Las políticas económicas y sus efectos. In MUÑOZ, Óscar. STEFONI, Carolina. (org.). **El Período del Presidente Frei Ruiz-Tagle**. Santiago: Flasco, 2003. p. 245-297.

GAJARDO, Marcela. Educación, ciencia y cultura: políticas para la igualdad de oportunidades. In MUÑOZ, Óscar. STEFONI, Carolina. (org.). **El Período del Presidente Frei Ruiz-Tagle**. Santiago: Flasco, 2003. p. 373-403.

GAMBOA, Ricardo. Renovación Nacional. In. HUNEEUS, Carlos. BERRÍOS, Fabiola. GAMBOA, Ricardo (org.). **Las Elecciones Chilenas de 2005: partidos, coaliciones y votantes en transición**. Santiago: Catalonia, 2007. p. 53-78.

GAMBOA, Ricardo. SALCEDO, Rodrigo. 2009. El faccionalismo en el Partido Socialista de Chile (1990-2006): características y efectos políticos en sus procesos de toma de decisión. **Revista de Ciência Política**, Santiago, v. 29, n. 3, p. 667-692.

GARRETÓN, Manuel Antonio. La cuestión del régimen de gobierno en el Chile de hoy. In. LANZARO, Jorge. (org.). **Tipos de Presidencialismo y Coaliciones Políticas en América Latina**. Buenos Aires: CLASCO, 2003. p. 189-202.

HARMEL, Robert. JANDA, Kenneth. An Integrated Theory of Party Goals and Party Change. **Journal of Theoretical Politics**, n. 6, p. 259-287, 1994.

HUNEEUS, Carlos. **El Financiamiento de los Partidos Políticos y las Campanas Electorales en Chile**. Santiago: Centro de Estudios de la Realidad Contemporánea, 1998. Disponible en: <http://www.cerc.cl/publicaciones/FINAN_PART_POL.pdf>. Acceso en: 03 jun. 2009.

HUNEEUS, Carlos. El Partido Demócrata Cristiano. In. HUNEEUS, Carlos. BERRÍOS, Fabiola. GAMBOA, Ricardo (org). **Las Elecciones Chilenas de 2005: partidos, coaliciones y votantes en transición**. Santiago: Catalonia, 2007. p. 79-99.

HUNEEUS, Carlos. Las coaliciones de partidos: ¿Un nuevo escenario para el sistema partidista chileno?, **Política**, Santiago, v. 45, primavera, 2005, p. 67-86.

KATZ, Richard S. MAIR, Peter. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, n. 1, 1995, p. 5-28.

KATZ, Richard S. MAIR, Peter. The Evolution of Party Organizations in Europe: The Three Faces of Party Organization. **American Review of Politics**, n. 14, p. 593-617, 1993.

KIRCHHEIMER, Otto. El Camino hacia el partido de todo el mundo. In LENK, Kurt. NEUMANN, Franz (Org). **Teoría y sociología críticas de los partidos políticos**. Barcelona: Anagrama, 1980. p. 328-347

KITSCHOLT, Herbert. Citizens, politicians, and party cartelization: Political representation and state failure in post-industrial democracies. **European Journal of Political Research**, n. 37, 2000, p. 149-179.

KLINGEMANN, Hans-Dieter. HOFFERBERT, Richard I. BUDGE, Ian. **Parties, Policies, and Democracy**. Boulder, San Francisco, Oxford: Westview, 1994.

LAS GRANDES ALAMEDAS. **Manifiesto las Grandes Alamedas**: en el centenario del natalicio de Salvador Allende. Santiago, 2008. 22 p.

LIPSET, Seymour Martin. ROKKAN, Stein. Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos de eleitores. In LIPSET, Seymour Martin. **Consenso e Conflito**: Ensaio de sociologia política. Lisboa: Gradiva, 1992, p. 161-259.

LOVEMAN, Brian. **Chile**: the legacy of hispanic capitalism. Oxford: Oxford University Press, 2001.

MARTINEZ, Arturo. Arturo Martínez, presidente de la CUT. **El Mercurio**, Santiago, 5 maio 2003. Disponível em: <<http://diario.elmercurio.cl/detalle/index.asp?id={3011440e-b02e-469e-9b13-e9e5f59dd3aa}>>. Acesso em: 1 mar. 2009.

MORGENSTERN, Scott. Explaining Legislative Politics in Latin America. In: MORGENSTERN, Scott. NACIF, Benito. **Legislative Politics in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 413-469.

MORGENSTERN, Scott. **Patterns of Legislative Politics**: Roll-Call Voting in Latin America and the United States. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

NAVIA, Patricio. Legislative Candidate Selection in Chile. In. **Pathways to power**: political recruitment and candidate selection in Latin America. SIABELIS, Peter M. MORGENSTERN, Scott. (org). Pennsylvania: Pennsylvania State University, 2008. p. 92-118.

OLIVEIRA, Augusto N. C. de. A mudança partidária no Partido dos Trabalhadores (Brasil) e no Partido Socialista (Chile) após a chegada ao poder, **II Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS**, Porto Alegre, 2009. 19 p.

OLIVEIRA, Augusto N. C. de. Partidos e Política Social no Brasil e no Chile: PT e PS nas eleições e no governo, **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, jul. 2009, p. 39-67.

OPOSICIÓN Contribuyó a Aprobación de Proyectos. **El Mercurio**, Santiago, 20 jan. 2001. Disponível em: <<http://diario.elmercurio.cl/detalle/index.asp?id={fae33b0b-f17d-428d-9f5d-a2049d61a529}>>. Acesso em: 01 mar. 2009.

PACTO con comunistas sólo benefició al PS. **El Mercurio**, Santiago, 17 dec. 2001. Disponível em <<http://diario.elmercurio.cl/detalle/index.asp?id={af98e229-4900-4c33-9a37-eed4c359efb3}>>. Acesso em: 01 mar. 2009.

PRIETO, Francisca. Lagos realiza primer cambio en gobierno tras elecciones parlamentarias. **Emol**, Santiago, 26 dec. 2001. Disponível em: <<http://www.emol.com/noticias/todas/detalle/detallenoticias.asp?idnoticia=74751>>. Acesso em: 1 mar. 2009.

PS CRITICÓ Baja Sensibilidad del Gbno. a Demandas Sociales. **El Mercurio**, Santiago, 17 nov. 2000. Disponível em: <<http://diario.elmercurio.cl/detalle/index.asp?id={912a4e5d-6aad-439b-9b4d-e98684b11622}>>. Acesso em: 1 mar. 2009.

PS. **Congreso General Ordinario Programático**: Resoluciones. Santiago: PS, 1992. 143 p.

PS. **Documento Político Marco**: El partido de la mayoría. Santiago: PS, 2005. 13 p.

PS. **Plataforma Electoral del Partido Socialista de Chile para las Elecciones Presidenciales y Parlamentarias de 1989**. Santiago: PS, 1989. 8 p.

PS. **Resoluciones del Congreso General Extraordinario**. Santiago: PS, 1998. 14 p.

PS. **Resoluciones del XXVIII Congreso General Ordinario “Salvador Allende Gossens” del Partido Socialista de Chile**. Panimávida: PS, 2008. 30 p.

ROBERTS, Kenneth. **Renovation in the Revolution?** Dictatorship, democracy, and political change in the chilean left. Notre Dame: Kellogg Institute, 1994. 36 p. (Working Paper n. 203)

SALCEDO, Rodrigo. FUENTE, Gloria de la. Los Partidos del Bloque Progresista. In. HUNEEUS, Carlos. BERRÍOS, Fabiola. GAMBOA, Ricardo (org). **Las Elecciones Chilenas de 2005**: partidos, coaliciones y votantes en transición. Santiago: Catalonia, 2007. p. 101-126.

SALINAS, Claudio. Escalona defiende la facultad de la Presidenta para nominar cargos. **El Mercurio**, Santiago, 21 feb. 2006. Disponível em: <<http://diario.elmercurio.cl/detalle/index.asp?id={96d5da90-0ff4-4dfb-ae0c-d44e889e4918}>>. Acesso em: 1 mar. 2009.

SALINAS, Claudio. La Experiencia en El Bloque Oriental Crítica a modelo del ex bloque soviético gatilló los cambios. **El Mercurio**, Santiago, 21 ago. 2000. Disponível em: <<http://diario.elmercurio.cl/detalle/index.asp?id={2fefcffa-7178-400f-8794-5d0e73debbd2}>>. Acesso em: 1 mar. 2009.

SCULLY, Timothy R. **The political underpinnings of economic liberalization in Chile**, Notre Dame: Kellogg Institute, 23 p. (Working Paper n. 211).

SIAVELIS, Meter M. Chile: las relaciones entre el poder ejecutivo y el poder legislativo después de Pinochet. In. LANZARO, Jorge. (org.). **Tipos de Presidencialismo y Coaliciones Políticas en América Latina**. Buenos Aires: CLASCO, 2003. p. 203-250.

SILVA, Eduardo. Chile. In **Politics of Latin América: the power game**. VANDEN, Harry E. PREVOST, Gary. (org) Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 437-482.

SOCIALISMO Anuncia Lealtades y Críticas. **El Mercurio**, Santiago, 20 maio 2001. Disponível em: <<http://diario.elmercurio.cl/detalle/index.asp?id={c79abf3e-d365-4b56-bd64-0d5eed258fd0}>>. Acesso em: 1 mar. 2009.

STRØM, Kaare. A Behavioral Theory of Competitive Political Parties. **American Journal of Political Science**, v. 34, n. 2, maio 1990, p. 565-598.

TORREALBA, F. TRUJILLO, A. Concertación e PC reconocen haber pactado en 25 comunas. **El Mercurio**, Santiago, 29 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.mer.cl/modulos/catalogo/Paginas/2008/07/29/MERSTNA005CC2907.htm>>. Acessado em: 01 mar. 2009.

VALENZUELA, J. Samuel. **Democratizacion via reforma: La expansion del sufragio en Chile**. Buenos Aires: IDES, 1985.

VALENZUELA, J. Samuel. **The Origins and Transformations of the Chilean Party System**. Notre Dame: Kellogg Institute, 1995. 60 p. (Working Paper n. 215).

VILLAR, Andrés. COOK, Maggi. FUENTES, Claudio. **Funcionamiento interno de los partidos políticos em Chile: um diagnóstico**. Santiago: Flasco, 2007.

WOLINETZ, Steve B. Party System Change: The Catch-all Thesis Revisited. **West European Politics**, n. 14, 1989, p. 113-128.